

PROPOSTA N.º 263/2026

Exmos. Membros da Junta de Freguesia de Alvalade,

Considerando que:

- I. Nos termos do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Junta de Freguesia é o órgão executivo da freguesia;
- II. Constituem atribuições da freguesia a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com o município;
- III. A Junta de Freguesia, entre outros fins, dispõe de atribuições no domínio da ação social nos casos e nos termos da alínea f) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- IV. Compete à junta de freguesia promover e executar projetos de intervenção comunitária nas áreas da ação social, cultura e desporto; participar, em colaboração com instituições particulares de solidariedade social, em programas e iniciativas de ação social e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia, nos termos do disposto nas alíneas t), u) e v) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- V. Em 13 de novembro de 2018, a Junta de Freguesia de Alvalade outorgou com a Câmara Municipal de Lisboa contrato de delegação de competências, pelo qual aquela recebeu desta a competência para prestar apoio excecional e temporário a agregados familiares carenciados em emergência habitacional grave e/ou situação de carência económica emergente, ao abrigo do Fundo de Emergência Social de Lisboa – Agregados Familiares;
- VI. Acompanhando a realidade socioeconómica, o regulamento tem sido alvo de revisões de forma a responder a possíveis cenários de agravamento da situação de vulnerabilidade socioeconómica dos agregados familiares.
- VII. A 19 de maio de 2026, foi aprovada pela Assembleia Municipal a proposta n.º 187/CM/2026, que deliberou uma nova alteração ao Regulamento do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa- Vertente de apoio aos Agregados Familiares, permitindo que as freguesias continuem a dispor de recursos financeiros e suporte normativo suficientes, através do contrato de delegação de competências.

Face ao exposto, tenho a honra de propor a esta Junta de Freguesia, nos termos da alínea ww) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que:

1. Aprove a atribuição do subsídio no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação de Lisboa, nos termos da seguinte Informação:

Nº de Informação	Nº de processo familiar	Agregado familiar	Situação /problema	Montante do Apoio económico	Finalidade do apoio económico
209/SDS/2026	57/2021	4 pessoas	Insuficiência de rendimentos e risco de perda habitacional	3.500,00 €	Valor equivalente a dois meses de renda, cujo valor mensal de referência é de 1.200 €/mês e 1.100 € para caução do arrendamento da habitação, perfazendo o valor limite de apoio.

Lisboa, 6 de outubro de 2026

A Vogal,

Assinado por: **Joana Carvalho Alvarenga de Lacerda Machado Gonçalves Pereira**
Num. de Identificação: 11231756
Data: 2026.10.06 20:25:28+01'00'

